

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



AS MULHERES NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Jacinta Bugalhão / FCT / jacintabugalhao@gmail.com

RESUMO

Atualmente a profissão de “arqueólogo” é um exemplo conseguido de paridade plena. De facto, após a primeira direcção de trabalhos arqueológicos em 1950 e uma presença residual até aos anos 60 do século XX, as mulheres foram progressivamente ocupando o seu lugar na prática arqueológica. Nos anos 70, constituíam 20% dos arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos e em 1990, cerca de 30%. Com o albar do século XXI, o grupo profissional torna-se consolidadamente paritário. Neste trabalho procura-se um primeiro esboço histórico sobre este processo fortemente ligado à evolução recente da sociedade e cultura portuguesas, desde as primeiras pioneiras, até ao momento presente em que o género, aparentemente, deixou de ser uma questão no exercício da profissão.

ABSTRACT

The profession of “archeologist” is currently an achieved example of true parity. In fact, after the first direction of archeological field works in 1950 and an absolutely residual situation until the sixties of the last century, women began progressively taking their natural place in the archeological practice. In the seventies, nearly 20% of the authorized archeologists were women. In 1990, they were 30% of the professionals in activity. In the dawn of the twenty first century, the professional group became more and consistently equal. The present paper presents a first historical draft about this process, strongly related to the evolution of the Portuguese culture and society, from the first pioneers to the present times, when gender is no longer a question on the professional development.

NOTA INICIAL

A presença e actividade das mulheres na arqueologia portuguesa têm uma história por fazer. Aliás, a própria história da arqueologia portuguesa é uma área de estudo pouco aprofundada, sendo que os trabalhos de referência disponíveis debruçam-se sobre períodos em que a mulher como arqueóloga é ainda uma realidade inexistente. Não é fácil portanto desbravar este campo... Como primeira abordagem ao tema, muitas serão decerto as lacunas do presente trabalho. Contudo, considera-se que esta é uma tarefa a empreender, relevante quer do ponto de vista da história da disciplina científica e da actividade em Portugal, quer do ponto de vista da sociologia da profissão. À semelhança do que se passa com outras actividades na área da ciência ou com exigência de formação académica superior, também a Arqueologia começou por ser uma actividade exclusivamente masculina. Neste caso, com a agravante de implicar deslocamentos frequentes para fora da área de residência,

situação nem sempre compatível com os padrões culturais e sociais impostos às mulheres até há poucas décadas.

Há falta de estudos prévios, este pequeno ensaio baseia-se essencialmente na recolha crítica e trabalhada dos dados constantes no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* (relativamente à metodologia e metadados ver Bugalhão, 2011), na consulta do Arquivo da Arqueologia Portuguesa (na Direcção-Geral do Património Cultural) e do Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portuguesas (no que se refere à documentação sobre os sócios). Recorreu-se igualmente à consulta *on line* da PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos (<http://porbase.bnportugal.pt/>) e à consulta e tratamento de dados estatísticos constantes no *site* da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>). Para pequenos apontamentos biográficos foi igualmente utilizado o motor de pesquisa da Google, Inc., versão portuguesa (<https://www.google.pt/>).

De referir ainda, em relação aos dados do *Endovélico*, que a informação constante neste sistema referente à actividade arqueológica e que originou grande parte dos valores numéricos aqui apresentados tem lacunas importantes, estando em curso o trabalho de verificação, correcção e actualização dos mesmos para o período entre 1970 e 2012 (no âmbito do projecto de doutoramento da signatária). Não obstante, considera-se que os dados para já disponíveis são fidedignos no que concerne às linhas de tendência, daí a sua utilização para este fim.

AS PIONEIRAS

A primeira arqueóloga a trabalhar sistematicamente em território português foi Vera Leisner (1885-1972) que a partir dos anos 40 do século XX, desenvolve com o seu marido Georg Leisner, trabalhos de campo no âmbito do projecto de estudo do megalitismo peninsular. Mantém-se em actividade com múltiplos trabalhos e publicações, até aos anos 60.

A primeira intervenção dirigida por uma mulher registada no *Endovélico* é uma acção de salvamento na Quinta de São João no Seixal, em 1950, onde a arqueóloga Maria de Lurdes Costa Arthur (de Ubieto) dirigiu os trabalhos de recolha de espólio na sequência de trabalhos agrícolas. Nos anos 50, a arqueóloga, participou em trabalhos em Almada, Santo André e Vila Nova de São Pedro (em colaboração com Afonso do Paço), desenvolvendo estudos sobre a romanização.

Irisalva Constância da Nóbrega Neves Moita (1924-2009), arqueóloga, olisipógrafa e museóloga, teve desde os anos 50 à década de 80, uma intensa actividade. Dedicou-se, no que respeita à arqueologia, a contextos desde a pré-história, à proto-história, ao período romano, aos estudos de território e às sínteses, mas com uma atenção muito particular à cidade de Lisboa (Leite, 2013), onde dirigiu, na Praça da Figueira durante a construção de rede de Metropolitano, a primeira grande intervenção de arqueologia urbana em Portugal.

A arqueóloga Maria Adília Rocha Moutinho Alarcão e Silva inicia a sua actividade no final dos anos 50, entre Braga e o Algarve, mas especialmente em Conímbriga, dedicando-se ao estudo de conjuntos artefactuais de época romana, à museologia (um traço muito frequente nestas pioneiras) e à conservação e restauro.

Maria Amélia Abally Horta Pereira Bubner arqueó-

loga e museóloga, desenvolve trabalhos arqueológicos desde o final dos anos 60, dedicando-se essencialmente à Idade do Bronze do centro de Portugal, especialmente no concelho de Mação.

Deve referir-se que até 1969, apenas figuram no *Endovélico* cinco arqueólogas em direcção de trabalhos arqueológicos, constituindo apenas 7% dos arqueólogos registados (Figura 1). A estas juntam-se outras investigadoras que, sem se dedicar propriamente aos trabalhos de campo, se distinguiram nos estudos de contextos mas principalmente de espólio, nas décadas de 50 e 60 (Maria Helena da Rocha Pereira, na cerâmica grega; Maria de Lourdes Bártholo, na cerâmica pré e proto-histórica; Margarida Ribeiro, no espólio paleolítico, romano e não só; Manuela Delgado, na cerâmica romana; Maria Cristina Teixeira Pereira Santos Gonçalves Neto, sobre contextos paleolíticos).

Nos anos 70 e início dos anos 80, o número de direcções científicas no feminino cresce consideravelmente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, e as mulheres entram definitivamente na prática arqueológica (Figura 1). No trabalho de campo, investigação e publicação (Ana Cristina Reis da Silva Araújo, Françoise Mayet, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar, Maria Antónia Soares da Silva, Maria Clara Portas Matias, Maria da Conceição Monteiro Rodrigues, Maria de La Salette da Silva Brito da Ponte, Maria João do Carmo Rodrigues Coutinho, Maria Luísa Ferrer Dias, Philina Kalb), na gestão do património arqueológico (Ana Maria Cameirão Leite da Cunha, Ana Maria Mosa Carvalho Dias, Judite Cavaleiro Paixão, Maria Helena Simões Frade, Maria Teresa Fonseca Correia Marques, Susana Helena Bastos Correia da Fonseca), nos museus (Maria Isabel Sousa Pereira, Maria Clara Mendes Vaz Pinto, Maria Joaquina Coelho Soares) e na universidade (Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves, Helena Maria Gomes Catarino, Maria Adelaide de Figueiredo Garcia Pereira Andrade Maia†, Maria de Jesus Sanches, Maria Manuela de Brito Alves Dias Vaz Coelho, Maria Manuela dos Reis Martins, Maria Teresa Cordeiro Moura Soeiro, Maria Teresa Júdice Gamito†, Rosa Maria Mendonça Gonçalves Varela Gomes, Susana Maria Soares de Oliveira Jorge), muitas vezes em registo multifuncional, como aliás acontece com frequência com os arqueólogos deste período. É impossível referir individualmente todas as arqueólogas com actividade de campo e produção

bibliográfica registadas para este período e muito elevado o risco de incorrer em omissões injustas. Risco que contudo se corre. . .

Esta segunda vaga de pioneiras soube de forma muito particular conquistar o seu lugar natural na arqueologia portuguesa, pela competência, capacidade de trabalho, tenacidade, consistência e personalidade. São mulheres com carreiras arqueológicas longas e preenchidas e que felizmente, na sua grande maioria, continua em plena actividade.

Para o tema que nos ocupa, a década de 80 representa um período de viragem, pois não só o número de arqueólogos cresce, como a presença relativa das mulheres volta a aumentar significativamente, tendências que se consolidam nos anos 90 (Figura 1). Quando a realidade em análise passa para a casa das centenas deixa definitivamente de ser possível a referência a indivíduos. Deve contudo mencionar-se que, nas duas últimas décadas do século XX, a diversificação da actividade arqueológica e a progressiva profissionalização dos arqueólogos são marcadas pelo crescimento constante do número de arqueólogos e do seu valor relativo. No final do milénio, a profissão de arqueólogo revela já uma situação de plena paridade de género.

AS MULHERES E A PROFISSÃO

Particular expressão da paridade profissional de género entre os arqueólogos são os números disponíveis para a formação superior em Arqueologia, desde meados da década de 90 (Figura 2). As licenciaturas em Arqueologia registam uma tendência paritária, mas sempre com uma pequena vantagem para o sector feminino, tanto no número de alunos inscritos, como naqueles que efectivamente concluem a sua licenciatura.

Aparentemente, a paridade na aquisição da habilitação académica de base precedeu, em alguns anos, a efectiva paridade no grupo profissional. Contudo, os dados mais recentes (Figura 1) revelam que, na primeira década do século XXI, o número relativo de arqueólogas a dirigir trabalhos arqueológicos, que no intervalo temporal representam 52% do total, cresce progressivamente. Esta tendência parece abrandar nos últimos anos em que a representação volta a ser de 50% para cada género, produto, eventualmente, das dificuldades acrescidas que o exercício da profissão revela. Um dado a não descartar poderá ser a maternidade. De facto, após mais de

uma década de fortes ingressos femininos jovens no grupo profissional, este poderá ser um factor a ter em conta, ainda que apenas em forma de hipótese. A dificuldade em conciliar a parentalidade com o exercício de uma actividade profissional muito instável e itinerante é uma realidade sociológica que, por motivos culturais, afecta de forma especial as mulheres.

Não haverá, para já e com a escassez de dados e estudos mais aprofundados já referida, muito mais a acrescentar, a não ser talvez que conforme se verificou desde os anos 70, a presença, acção e posição das mulheres nos diversos sectores da actividade arqueológica (investigação, arqueologia preventiva, museus, ensino, divulgação, gestão, produção bibliográfica, etc) é totalmente transversal. Destaca-se, embora sem dados numéricos que o sustentem, que aparentemente e ao contrário do que se passa noutros sectores, não parece verificar-se ao nível das posições de chefia e/ou liderança, uma presença menos expressiva de mulheres. Este aspecto merece contudo, um maior aprofundamento.

AS MULHERES NA AAP

A actual Associação dos Arqueólogos Portugueses foi, desde a sua criação em 1863, um dos principais palcos da afirmação da Arqueologia Portuguesa. Entre os seus sócios encontramos intelectuais, homens da cultura, da História e, claro, grande parte dos arqueólogos portugueses e numerosos arqueólogos estrangeiros. Numa primeira fase, a admissão na Associação era também um sinal de distinção social. Como seria de esperar, inicialmente a Associação congregava apenas homens, surgindo as primeiras associadas nos anos de 1880 e 1881, tendo como característica comum pertencerem à alta aristocracia e burguesia portuguesas. Frequentemente, eram esposas de sócios da *Real Associação* e estrangeiras em número apreciável. Não existia portanto qualquer ligação entre estas mulheres e a Arqueologia propriamente dita, nem à sua prática, excepto, provavelmente, *o fino gosto* por assuntos ligados à cultura, história e património (Figura 3).

Não obstante, encontramos entre as primeiras sócias alguns casos de certa forma distintos. Em primeiro lugar, Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (sócia desde 1880), filóloga, escritora, professora universitária, ou seja, intelectual de pleno direito. Encontramos igualmente, e a título de exemplo,

Leonor Fernandes Barahona Caldeira (sócia desde 1917, após enviudar), fundadora e primeira Presidente do Grupo Pro-Évora (Associação de Defesa do Património da cidade de Évora, correspondente oficial da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia e promotora das primeiras classificações de monumentos em Évora); Robélia de Sousa Lobo Ramalho (sócia desde 1924), autora em 1933 do *Guia de Portugal Artístico*; Mathilde Auguste Hedwig Fitzler-Kömmerring (sócia desde 1928), historiadora, especialista em estudos euro-brasileiros e professora universitária no Brasil; Maria Josefina Pires da Bandeira de Vasconcelos Abreu Andersen e Maria Madalena Mascarenhas Valdez Trigueiros de Martel Patrício (sócias desde 1937), ambas intelectuais e escritoras; e ainda Olga Nicolis de Robilant Álvares Pereira de Melo, Marquesa do Cadaval (sócia desde 1946), apoiante das artes e cultura e proprietária da herdade onde se localizam os concheiros de Muge... Em 1943, ingressa na Associação, Virgínia Robertes Rau, historiadora insigne, investigadora, intelectual e professora universitária.

Da pesquisa realizada, a primeira sócia da AAP que efectivamente era arqueóloga terá sido Encarnacion Cabré Herreros (sócia em 1934), espanhola, filha do arqueólogo Juan Cabré com quem trabalhou e a primeira professora universitária de Arqueologia da Europa (Díaz-Andreu e Sorensen, 1993).

A nível da arqueologia portuguesa encontramos também na AAP as já referidas arqueólogas Vera Leisner (1943), Maria de Lourdes Bártholo (1954), Maria de Lourdes Costa Artur (1955), Maria Adília da Rocha Moutinho Alarcão e Silva (1964), Maria Amélia Abally Horta Pereira Silva Pinto Bubner (1969) e Irisalva Constância da Nóbrega Neves Moita (1997).

A partir dos anos 70, as arqueólogas portuguesas vão ingressando regularmente na AAP, conquistando progressivamente o seu espaço entre os associados masculinos. Deve salientar-se que, de acordo com os Estatutos e Regulamentos em vigor, reúnem também condições de acesso à Associação pessoas com outras formações de base e profissões, nomeadamente na área da História.

Apesar de hoje ainda permanecer uma percepção de que a AAP tem um rosto essencialmente masculino, o facto é que nos últimos 25 anos as associadas representam 40% das novas admissões, marcando presença activa nas secções, comissões e em todos

os corpos sociais. Há que reconhecer contudo que a representação relativa das mulheres na nossa centenária Associação dos Arqueólogos Portugueses ainda está aquém da realidade. Perspectiva-se que esta realidade se alterará nos próximos anos.

FINALIZANDO, SEM CONCLUIR...

Este foi o retrato possível do tema *As mulheres na Arqueologia Portuguesa*. Longe de estar esgotado, afiguram-se, neste primeiro relance, muitas dúvidas, questões e problemáticas. Problematiza-se até a pertinência ou interesse de uma abordagem deste tipo, de *género*. Será que a Arqueologia feita no feminino é diferente, faz diferença ou acrescenta algo? Esta abordagem não se afigura a mais interessante para o tema. Considera-se, sim, que este é um entre muitos enfoques que merecem a história da Arqueologia Portuguesa e a sociologia e balanço social do grupo profissional dos Arqueólogos. É portanto uma visão necessária à compreensão da nossa realidade.

Esta singela contribuição pretende também ser um tributo! Em primeiro lugar às pioneiras que trilham os primeiros caminhos da nossa profissão, em Portugal. Fácil, não terá sido! Para além de referências por direito, são uma inspiração.

A homenagem é também extensível a todas as arqueólogas que trabalham hoje em Portugal, principalmente em trabalho de campo. Em condições tão difíceis, para todos, mas, nós sabemos, com frequência agravadas quando o arqueólogo em campo é, de facto, uma *arqueóloga*.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1938) – Catálogo dos sócios da Associação desde que esta se fundou. In *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, IV. Volume Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa: AAP, pp. 43-141.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. In *Arqueologia e História*. Lisboa, 60-61, pp. 19-43.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; SORENSEN, Marie Louise Stig (eds.) (1993) – *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

LEITE, Ana Cristina (2013) – Irisalva Moita e a arqueologia em Lisboa. In *Rossio, Estudos de Lisboa*, 1, pp. 24-31.

Página na Internet da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Ministério da Educação e Ciência. <http://www.dgeec.mec.pt/> (acedido durante o mês de Junho de 2013).

PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://porbase.bnportugal.pt/> (acedido durante o mês de Junho de 2013).

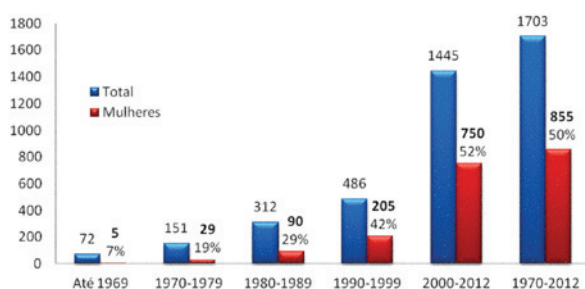


Figura 1 – Número de arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos.

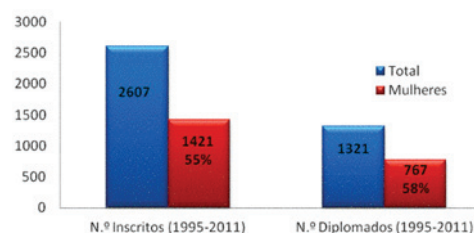


Figura 2 – Licenciaturas em Arqueologia: evolução no número de admitidos e diplomados.

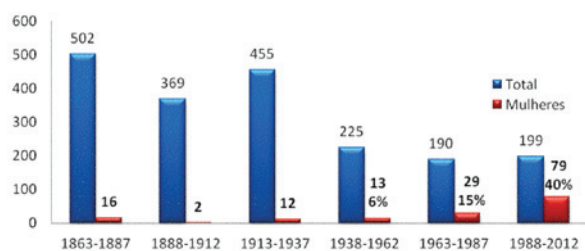
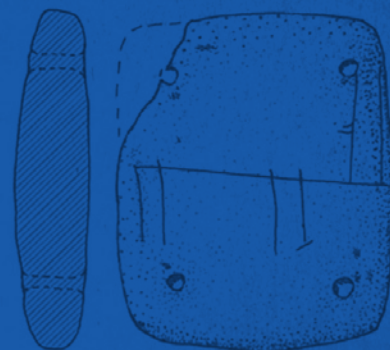
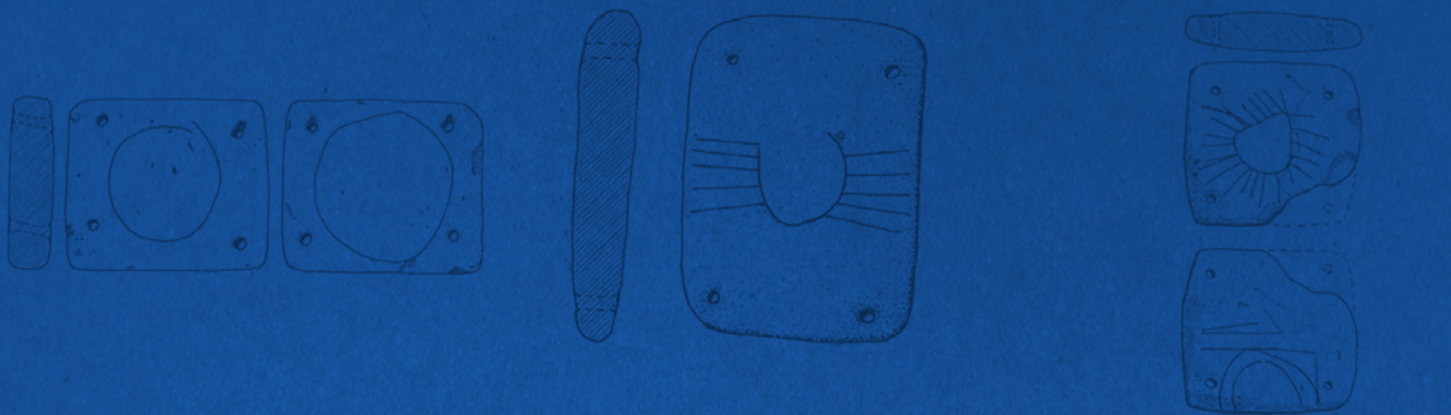


Figura 3 – Associação dos Arqueólogos Portugueses: evolução na admissão de novos sócios.

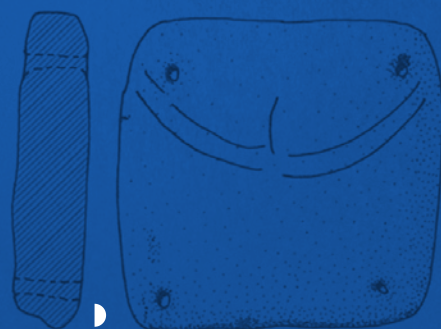


AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua